

ATA REGISTRO DE PREÇOS N° 34/2022

PROCESSO n.º 62/2022

PREGÃO ELETRÔNICO N.º 43/2022

Aos 30 dias do mês de Novembro de 2022, presentes de um lado o MUNICÍPIO DE LAVRAS DO SUL neste ato representado pelo Prefeito, senhor Senhor Prefeito Sávio Johnston Prestes, brasileiro, solteiro, servidor público municipal, portador da identidade n.º 1034056307, CPF n.º 487.828.580-04, pelo Senhor LUÍS AUGUSTO BITTENCOURT OLIVEIRA, Brasileiro, casado, portador do RG 9044551597, CPF n.º 48634956091 e pelo senhor SANTO CARLOS HALABI MACHADO, RG 2034171815, CPF n.º 475.359.200-63 a empresa **MF SERVIÇOS EM SISTEMAS DE PREVENÇÃO CONTRA INCÊNDIO LTDA – CNPJ: 36.499.233/0001-28**, representada pelo Maurício de Freitas, com sede na ROD BR 386 KM 435 Container 4 – Centro – CEP 92480-000 - Nova Santa Rita/RS, Telefone: (51) 985896624, e-mail: metasulextintores@gmail.com, VCG TECNOLOGIA EM SEGURANÇA PATRIMONIAL – CNPJ: 25.244.011/0001-48, representada pelo senhor Venor Carlos Gomes, com sede a Rua Cel. Gastão Haslocher Mazon n.º 111 – 5º andar, sala 501/502 – Bairro Medianeira – CEP: 90.880-370, Porto Alegre/RS, telefone: (51) 3013-1212, e-mail: comercial.publico1@vcgtecnologia.com.br, simplesmente denominada FORNECEDOR, firmam a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇO(S), homologada em 29/11/2022, às fls.234, referente ao PREGÃO ELETRÔNICO N.º 43/2022 Sistema de Registro de Preços para possíveis aquisições de extintores e placas fotoluminescentes, e de uso das Secretarias e setores da Prefeitura, em conformidade com a Lei n.º 10.520 de 17/07/2002, do Decreto Federal n.º 10.024, de 20 de Setembro de 2019 e do Decreto Municipal n.º 4960 de 07 de Outubro de 2008, com aplicação subsidiária da Lei Federal n.º 8.666/93 e suas alterações posteriores, bem como DECLARO cumprir o disposto no artigo 16 da Lei Complementar 10, consoante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA I - DO OBJETO

Sistema de Registro de Preços para possíveis aquisições de extintores e placas fotoluminescentes, CONFORME DESCRIÇÃO, MARCAS E PREÇOS CONSTANTES DO PROCESSO N.º 62/2022, PREGÃO ELETRÔNICO N.º 43/2022.

A empresa **MF SERVIÇOS EM SISTEMAS DE PREVENÇÃO CONTRA INCÊNDIO LTDA – CNPJ: 36.499.233/0001-28**, restou classificada para os itens:

Item 07 – 122 unidades. LUMINÁRIA DE ILUMINAÇÃO DE EMERGÊNCIA 30 LÂMPADAS DE LED. Marca/modelo: SEGURIMAX. Valor unitário registrado: R\$ 15,40.

Sendo:

Prefeitura: 102 unidades.

FMHHTC: 20 unidades.

Item 08 – 334 unidades. PLACA FOTOLUMINESCENTE – INDICADOR DE EXTINTOR – PADRÃO NBR 13434-2 – DIMENSÃO 15X15CM. Marca/modelo: HLUX. Valor unitário registrado: R\$ 10,00.

Sendo:

Prefeitura: 300 unidades.

Câmara de Vereadores: 04 unidades.

FMHHTC: 30 unidades.

Item 09 – 305 unidades. PLACA FOTOLUMINESCENTE – SAÍDA PELA ESQUERDA – PADRÃO NBR 13434-2 – DIMENSÃO 30X15CM. Marca/modelo: HLUX. Valor unitário registrado: R\$ 11,50

Sendo:

Prefeitura: 300 unidades.

FMHHTC: 05 unidades.

Item 10 – 305 unidades. PLACA FOTOLUMINESCENTE – SAÍDA PELA DIREITA – PADRÃO NBR 13434-2 – DIMENSÃO 30X15CM. Marca/modelo: HLUX. Valor unitário registrado: R\$ 11,50

Sendo:

Prefeitura: 300 unidades.

FMHHTC: 05 unidades.

Item 11 – 300 unidades. PLACA FOTOLUMINESCENTE – ESCADA PELA ESQUERDA – PADRÃO NBR 13434-2 – DIMENSÃO 30X15CM. Marca/modelo: HLUX. Valor unitário registrado: R\$ 11,50

Sendo:

Prefeitura: 300 unidades.

Item 12 – 303 unidades. PLACA FOTOLUMINESCENTE – ESCADA PELA DIREITA – PADRÃO NBR 13434-2 – DIMENSÃO 30X15CM. Marca/modelo: HLUX. Valor unitário registrado: R\$ 11,50.

Sendo:

Prefeitura: 300 unidades.

FMHHTC: 03 unidades.

Item 13 – 300 unidades. PLACA FOTOLUMINESCENTE – SAÍDA ROTA – PADRÃO NBR 13434-2 – DIMENSÃO 30X15CM. Marca/modelo: HLUX. Valor unitário registrado: R\$ 11,50.

Sendo:

Prefeitura: 300 unidades.

Item 14 – 303 unidades. PLACA FOTOLUMINESCENTE – SAÍDA EMERGÊNCIA – PADRÃO NBR 13434-2 – DIMENSÃO 30X15CM. Marca/modelo: HLUX. Valor unitário registrado: R\$ 11,50.

Sendo:

Prefeitura: 300 unidades.

FMHHTC: 03 unidades.

Item 15 – 318 unidades. PLACA FOTOLUMINESCENTE – PROIBIDO FUMAR – PADRÃO NBR 13434-2 – DIMENSÃO 15X15CM. Marca/modelo: HLUX. Valor unitário registrado: R\$ 6,50.

Sendo:

Prefeitura: 300 unidades.

FMHHTC: 18 unidades.

A empresa VCG TECNOLOGIA EM SEGURANÇA PATRIMONIAL – CNPJ: 25.244.011/0001-48, restou classificada para os itens:

Item 02 – 124 unidades - EXTINTOR DE INCÊNDIO NOVO COM CARGA TIPO PQS – ABC 6KG CAPACIDADE EXTINTORA 4A40BC COM SUPORTE DE PAREDE E MATERIAIS PARA FIXAÇÃO. Marca: EXTANG Modelo: 6kg ABC 4ª40BC. Valor unitário registrado: R\$ 150,00

Sendo:

Prefeitura: 112 unidades.

Câmara de Vereadores: 02 unidades.

FMHHTC: 10 unidades.

Item 03 – 122 unidades - EXTINTOR DE INCÊNDIO NOVO COM CARGA TIPO PQS – BC 6KG CAPACIDADE EXTINTORA 40BC COM SUPORTE DE PAREDE E MATERIAIS PARA FIXAÇÃO. Marca: EXTANG Modelo: 6kg ABC 40BC. Valor unitário registrado: R\$ 140,00.

Sendo:

Prefeitura: 112 unidades.

FMHHTC: 10 unidades.

CLÁUSULA II - DO PREÇO

1. O preço deverá ser fixo, equivalente ao de mercado na data da apresentação da proposta.
2. Os preços propostos serão considerados completos e abrangem todos os tributos (impostos, taxas, emolumentos, contribuições fiscais e para-fiscais), fornecimento de mão-de-obra especializada, leis sociais, administrativos, lucros, equipamentos e ferramental, transporte de material e de pessoal e qualquer despesa, acessória e/ou necessária, não especificada neste Edital.

CLÁUSULA III - DO REAJUSTE DA ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS

1. Os contratos oriundos do Registro de Preços poderão ter seus preços reajustados pelo IPCA ou pelo índice que lhe vier a substituir após 12 (doze) meses a contar da data de apresentação da proposta.
2. Os preços registrados, quando sujeitos a controle oficial, poderão ser reajustados nos termos e prazos fixados pelo órgão controlador.
3. O beneficiário do registro, em função da dinâmica do mercado poderá solicitar a atualização dos preços vigentes através de solicitação formal à Autoridade Competente desde que acompanhada de documentos que comprovem a procedência do pedido, tais como: lista de preços dos fabricantes, notas fiscais de aquisição dos produtos, matérias-primas, componentes ou de outros documentos.
4. A atualização não poderá ultrapassar o preço praticado no mercado e deverá manter a diferença percentual apurada entre o preço originalmente constante da proposta e o preço de mercado vigente à época.
5. O pedido de atualização dos preços aos preços praticados no mercado poderá acarretar pesquisa de preços junto aos demais fornecedores com preços registrados podendo ocorrer substituição na ordem classificatória de fornecedor devido a obrigatoriedade legal de aquisição pelo menor preço.
6. O procedimento para eventuais solicitações de alteração de preços é o que segue: Processo protocolado no Setor de Compras da Prefeitura Municipal de LAVRAS DO SUL e encaminhamento a Autoridade Competente com todos os documentos de que trata o **item 3** acima.
7. Independentemente do disposto no **item 3**, a Autoridade Competente poderá, na vigência do registro, solicitar a redução dos preços registrados, garantida a prévia defesa do beneficiário do registro, e de conformidade com os parâmetros de

pesquisa do mercado realizada ou quando alterações conjunturais provocarem a redução dos preços praticados no mercado nacional e/ou internacional, sendo que o novo preço fixado será válido a partir da publicação na Imprensa Oficial de LAVRAS DO SUL.

CLÁUSULA IV - DOS PRAZOS

1. O FORNECEDOR **poderá** ser convocado a firmar as contratações decorrentes do registro de preços no prazo de **5 (cinco) dias úteis** a contar do dia seguinte ao recebimento da convocação expedida pela Secretaria Competente, podendo este prazo ser prorrogado por igual período, desde que ocorra motivo justificado e aceito pelo Município de LAVRAS DO SUL.
2. O prazo de validade de registro de preços será de **12 (doze) meses oficiais**, contado da publicação da presente ata.
3. Em cada fornecimento, o prazo de entrega do produto será solicitado pela Secretaria requisitante, não podendo, todavia, ultrapassar **15 (quinze) dias úteis**, contados a partir do recebimento da Nota de Empenho pelo fornecedor.

CLÁUSULA V - DOS PAGAMENTOS

O pagamento de cada compra será efetuado em até 25 (vinte e cinco) dias consecutivos após o recebimento da Nota Fiscal/Fatura, visada e datada pelo Fiscal do Processo, sendo estes os servidores:

- Thiago Dias Ribeiro – **Prefeitura Municipal de Lavras do Sul;**
- Márcia Regina Machado – **Câmara Municipal de Vereadores;**
- Bárbara Teixeira do Carmo Monteiro – **FMHHTC.**

2. No caso de atraso no pagamento, o valor poderá ser corrigido e o índice de atualização financeira será o IPCA mensal incidente “pro rata die” desde a data final do período de adimplemento de cada parcela até a data do efetivo pagamento. No caso de extinção do IPCA, será utilizado outro índice que o Governo Federal determinar para substituí-lo.
3. A contratada suportará o ônus decorrente do atraso, caso as Notas Fiscais/Faturas contenham vícios ou incorreções que impossibilitem o pagamento.

CLÁUSULA VI - DA CONTRATAÇÃO

1. A existência de preços registrados não obriga o MUNICÍPIO a firmar as contratações que deles poderão advir, sem que caiba direito à indenização de qualquer espécie. Fica facultada a utilização de outros meios, respeitada a legislação pertinente às licitações e ao Sistema de Registro de Preços, assegurando-se ao beneficiário do registro preferência em igualdade de condições, de acordo com o Decreto Municipal n.º 4.686/2007.
2. As obrigações decorrentes do fornecimento de bens constantes do registro de preços a serem firmadas entre o MUNICÍPIO DE LAVRAS DO SUL e o FORNECEDOR serão formalizadas através de contrato, observando-se as condições estabelecidas no Edital, seus anexos e na legislação vigente.
3. O MUNICÍPIO DE LAVRAS DO SUL poderá dispensar o termo de contrato e optar por substituí-lo por Notas de Empenhos, ou outros instrumentos equivalentes, nos casos de compra com entrega imediata e integral dos bens adquiridos, dos quais não resultem obrigações futuras, nos termos do § 4º, do artigo 62, da Lei 8.666/93.
4. Na hipótese do FORNECEDOR primeiro classificado ter seu registro cancelado, não assinar, poderão ser convocados os prestadores remanescentes, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado, inclusive quanto ao preço, independentemente da cominação prevista no Art. 81, da Lei 8.666/93.
5. Observados os critérios e condições estabelecidos no Edital, o MUNICÍPIO poderá comprar de mais de um prestador registrado, segundo a ordem de classificação, desde que razões de interesse público justifiquem e que o primeiro classificado não possua capacidade de fornecimento compatível com o solicitado pelo MUNICÍPIO, observadas as condições do Edital e o preço registrado.
6. Os pedidos de fornecimento deverão ser formalizados pela Secretaria de Saúde do Município.
7. As regras estabelecidas nesta Ata de Registro de Preços serão o regramento das obrigações contratuais decorrentes da Nota de Empenho (Contrato).
8. As licitantes classificadas no Registro de Preços deverão atender o contratado constante na Nota de Empenho, independente do valor, sujeito a penalização.

CLÁUSULA VII - DA ENTREGA E DO TERMO DE RECEBIMENTO

1. O objeto será recebido provisoriamente pela Secretaria Competente, onde deve ser efetuada a entrega ao servidor designado pela Secretaria para recebimento do objeto contratado, após aviso do respectivo empenho, não podendo ultrapassar à **10 (dez) dias consecutivos**.
2. A contratação somente será considerada concluída mediante a emissão de TERMO DE RECEBIMENTO DEFINITIVO, expedido por servidor designado pela Secretaria Competente.
3. O prazo para a emissão do TERMO DE RECEBIMENTO DEFINITIVO será de 05 (cinco) dias úteis, contados do recebimento provisório.
4. Caso o produto não corresponda ao exigido pelo Edital, consoante subitem anterior, o FORNECEDOR deverá providenciar, no prazo máximo de até 24 (Vinte e Quatro) horas, a sua substituição visando ao atendimento das especificações, sem prejuízo da incidência das sanções previstas no Edital, na Lei 8.666/93 e no Código de Defesa do Consumidor (Lei 8.078/90).
5. O FORNECEDOR deverá entregar os produtos nos locais determinados no instrumento.
6. No momento da entrega, os medicamentos devem ter obrigatoriamente, no mínimo, 6 (Seis) meses de prazo de

validade, ainda remanescentes.

7. Local de Entrega:

-CENTRO ADMINISTRATIVO: Rua Cel. Meza, Nº 373, Bairro Centro, CEP 97390-000, Lavras do Sul – RS. Das 08h às 14h, de segundas às sextas-feiras, nos dias úteis. A COMBINAR COM O FISCAL DESTA INSTITUIÇÃO.

- NA CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES: Rua Adão Teixeira da Silveira nº 396, Bairro Centro, CEP 97390-000, Lavras do Sul – RS. Das 08h às 14h, de segundas à sextas-feiras, nos dias úteis.

- Fundação Médico Hospitalar Dr. Honor Teixeira da Costa, na Avenida Nove de Maio, 141, horário manhã: 8:00 às 17:00.

CLÁUSULA VIII - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS E DAS PENALIDADES

1. Pela inexecução total ou parcial de cada ajuste (representado por Nota de Empenho), a Administração poderá aplicar, às detentoras da Ata, sem prejuízo das demais sanções legalmente estabelecidas as seguintes penalidades, as quais poderão ser aplicadas na forma do Art. 86 e seguintes da Lei 8666/93, com as alterações nela introduzidas pela Lei Federal 8.883/94, a critério da Administração, garantindo ampla defesa:

1.1. Por atraso superior a 10 (dez) dias do prazo entrega do objeto, fica o fornecedor sujeito a multa de meio (1/2%) por cento por dia de atraso, incidente sobre o valor total da Nota de Empenho a ser calculado desde o décimo primeiro dia de atraso até o efetivo cumprimento da obrigação, limitado a (30) trinta dias;

1.2. Transcorridos 30 (trinta) dias do prazo de entrega estabelecido na Nota de Empenho, será considerado rescindido o Contrato, e aplicada a multa de 15% (quinze por cento) por inexecução total, calculada sobre o valor da contratação;

1.3. A penalidade pecuniária prevista nesta cláusula será calculada sobre o valor contratado e descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração ou pode ser inscrita, para cobrança como dívida ativa do Município, na forma da Lei.

1.4. As penalidades pecuniárias serão aplicadas sem prejuízo das demais sanções, administrativas ou penais, previstas na Lei Federal 8.666/93, com as alterações nela introduzidas pela Lei Federal 8.883/94.

2. **Advertência por escrito:** sempre que ocorrerem pequenas irregularidades, assim consideradas as que não se enquadrarem nos dispositivos seguintes:

3. Multa, da seguinte forma:

3.1. A recusa do fornecedor em entregar o material adjudicado configura inexecução Total, sujeitando o fornecedor a penalidade prevista no **item 1.2.**;

3.2. O atraso que exceder ao prazo fixado para a entrega configura inexecução parcial, sujeitando a fornecedora à penalidade prevista no **item 1.1.**;

4. Nos termos do Artigo 7º da Lei 10.520/2002, o Licitante, sem prejuízo das demais cominações legais e contratuais, poderá ficar, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, impedido de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios;

5. Na aplicação das penalidades previstas no Edital, o Município considerará, motivadamente, a gravidade da falta, seus efeitos, bem como os antecedentes do licitante ou contratado, podendo deixar de aplicá-las, se admitidas as suas justificativas, nos termos do que dispõe o Artigo 87 “caput” da Lei 8.666/93.

6. Nenhum pagamento será efetuado enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que for imposta ao prestador em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

6.1. nos casos definidos no **subitem 3.2** acima: por 1 (um) ano.

6.2. nos casos definidos no **subitem 3.1** acima: por 2 (dois) anos.

7. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e depois de decorrido o prazo da sanção aplicada com base no subitem anterior.

8. A multa dobrará em cada caso de reincidência, não podendo ultrapassar a 30% do valor total a ser pago, sem prejuízo da cobrança de perdas e danos de qualquer valor que venham a ser causados ao erário público, e/ou rescisão.

CLÁUSULA IX - DA RESCISÃO CONTRATUAL

1. Poderão ser motivo de rescisão contratual as hipóteses elencadas no Art. 78 da Lei 8.666/93.

2. Caso o MUNICÍPIO não se utilize prerrogativa de rescindir o contrato, a seu exclusivo critério, poderá suspender a execução e/ou sustar o pagamento das faturas, até que o FORNECEDOR cumpra integralmente a condição contratual infringida, sem prejuízo das incidências das sanções previstas no Edital, no Decreto Municipal Nº 4.686//2007 na Lei 8.666/93 e no Código de Defesa do Consumidor (Lei 8.078/90).

3. A rescisão poderá ser unilateral, amigável (resilição) ou judicial, nos termos e condições previstas no Art. 79 da Lei 8.666/93.

CLÁUSULA X - DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS

1. O registro do FORNECEDOR poderá ser cancelado, garantida prévia defesa, no prazo de cinco (5) dias úteis, a contar do recebimento da notificação, nas seguintes hipóteses:

I- Pelo MUNICÍPIO, quando:

a) o FORNECEDOR não cumprir as exigências contidas no Edital ou Ata de Registro de Preços;

b) o FORNECEDOR, injustificadamente, deixar de firmar a Ata de Registro de Preços e/ou o contrato decorrente do registro de preços;

c) o FORNECEDOR der causa à rescisão administrativa, de contrato decorrente do Registro de Preços, por um dos motivos elencados no Art. 78 e seus incisos da Lei n.º 8.666/93, alterada pela Lei n.º 8.883, de 06 de julho de 1994;

d) os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados pelo mercado;
e) por razões de interesse público, devidamente fundamentado, na forma do inciso XII, do Art. 78 da Lei 8.666/93, e alterações posteriores.

II - Pelo FORNECEDOR, quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitado de cumprir as exigências do instrumento convocatório que deu origem ao Registro de Preços.

2. O cancelamento será precedido de processo administrativo a ser examinado pelo órgão gerenciador, sendo que a decisão final deverá ser fundamentada.

3. A comunicação do cancelamento do registro do FORNECEDOR, nos casos previstos no inciso I do item 1, será feita por escrito, juntando-se o comprovante de recebimento.

4. No caso do FORNECEDOR encontrar-se em lugar ignorado, incerto ou inacessível, a comunicação será feita por publicação na imprensa oficial do Município, considerando-se cancelado o registro do FORNECEDOR, a partir do quinto dia útil, contado da publicação.

5. A solicitação do FORNECEDOR para cancelamento do Registro de Preço, não o desobriga do fornecimento dos produtos, até a decisão final do órgão gerenciador, a qual deverá ser prolatada no prazo máximo de trinta dias, facultada à Administração a aplicação das penalidades previstas no instrumento convocatório.

6. Enquanto perdurar o cancelamento poderão serem realizadas novas licitações para aquisição de bens constantes do registro de preços.

CLÁUSULA XI - DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS E DA AUTORIZAÇÃO PARA AQUISIÇÕES DE PRODUTOS COM PREÇOS REGISTRADOS

1. Servirão de cobertura às contratações oriundas da Ata de Registro de Preços os recursos orçamentários da Secretaria, indicadas na requisição de despesa, quando da efetiva compra.

2. As aquisições do objeto da presente Ata de Registro de Preços serão autorizadas, caso a caso, pelo Exmo. Sr. Prefeito ou a quem delegar competência.

CLÁUSULA XII - DO FORO

1. Fica eleito o Foro da cidade de LAVRAS DO SUL - RS para dirimir eventuais dúvidas e/ou conflitos originados pela presente Ata e pelo futuro contrato, com renúncia a quaisquer outros por mais privilegiados que possam ser.

CLÁUSULA XIII - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

1. Integram esta Ata, o Edital do **PREGÃO ELETRÔNICO N.º 43/2022**, para Registro de Preços e a proposta das empresas conforme resultado por CNPJ, emitido pelo Sistema Barrisul de Pregões, anexo desta Ata, classificadas em 1º lugar, nos **LOTES** da licitação.

2. Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei 8.666/93 e suas alterações posteriores, pelo Decreto Municipal n.º 4.686/2007 e demais normas aplicáveis. Subsidiariamente, aplicar-se-ão os princípios gerais do Direito.

Lavras do Sul, 30 de novembro de 2022.

Luís Augusto Bitterncourt Oliveira
Presidente da Câmara Municipal de Vereadores

Santo Carlos Halabi Machado
Presidente da FMHHTC

Sávio Johnston Prestes
Prefeito Municipal

MF SERVIÇOS EM SISTEMAS DE PREVENÇÃO CONTRA INCÊNDIO LTDA
CNPJ: 36.499.233/0001-28

VCG TECNOLOGIA EM SEGURANÇA PATRIMONIAL
CNPJ: 25.244.011/0001-48

